



**Ministério Público da União
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Procuradoria-Geral de Justiça**

PORTARIA PGJ Nº 258, DE 2 DE MAIO DE 2022

Dispensa e designa membros do MPDFT para integrarem o GASE - Projeto Incentivo à Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas no Contexto Escolar e a Comissão Permanente de Educação – COPEDUC/GNDH.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, art. 159, inciso XX,

CONSIDERANDO o teor da Portaria PGJ nº 1435, de 10 de novembro de 2010, que designa Promotores de Justiça para integrarem o Grupo de Apoio à Segurança Escolar – GASE;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria PGJ nº 957, de 6 de novembro de 2019, que institui o Projeto Incentivo à mediação de conflitos e práticas restaurativas no contexto escolar no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT;

CONSIDERANDO o estabelecido pelo inciso VII da Portaria PGJ nº 80, de 23 de fevereiro de 2022, que designa Promotoras de Justiça do MPDFT para integrarem a Comissão Permanente de Educação – COPEDUC/GNDH do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União – CNPG;

Publicação: SSA
Origem: ACD

R:\DAJ\TRABALHO\Boletim de Serviço\2022\Portarias doc\2022_0258_Dispensa e designa membros para o GASE.odt



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

CONSIDERANDO o resultado do Aviso de Remoção Global de Promotoria nº 1, de 7 de fevereiro de 2022 (*Tabularium* nº 08191.019433/2022-64); e

CONSIDERANDO o teor do *Tabularium* nº 08191.053847/2022-12,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar as Promotoras de Justiça MÁRCIA PEREIRA DA ROCHA e ANA CAROLINA MARQUEZ da designação para integrarem o Grupo de Apoio à Segurança Escolar – GASE, disposta na Portaria PGJ nº 1435, de 10 de novembro de 2010.

Art. 2º Designar os Promotores de Justiça ANDERSON PEREIRA DE ANDRADE e FERNANDA DA CUNHA MORAES para integrarem o GASE, criado pela Portaria Normativa PGJ nº 138, de 9 de novembro de 2010.

Art. 3º Dispensar a Promotora de Justiça MÁRCIA PEREIRA DA ROCHA da designação para exercer a gestão do Projeto Incentivo à Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas no Contexto Escolar no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, contida na Portaria PGJ nº 957, de 6 de novembro de 2019.

Art. 4º Designar a Promotora de Justiça FERNANDA DA CUNHA MORAES para exercer a gestão do Projeto Incentivo à Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas no Contexto Escolar no âmbito do MPDFT, instituído pela Portaria PGJ nº 957, de 6 de novembro de 2019.

Art. 5º Dispensar as Promotoras de Justiça CÁTIA GISELE MARTINS VERGARA e MÁRCIA PEREIRA DA ROCHA da designação para integrarem, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, a Comissão Permanente de Educação – COPEDEC/GNDH do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União – CNPG, estabelecida pela Portaria PGJ nº 80, de 23, de fevereiro de 2022.

Art. 6º Designar os Promotores de Justiça ANDERSON PEREIRA DE ANDRADE e FERNANDA DA CUNHA MORAES para integrarem, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, a COPEDUC/GNDH do CNPG.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

SELMA SAUERBRONN